



NOTÍCIAS BANCÁRIAS



NA LUTA
POR DIREITOS
E DEMOCRACIA

• INFORMATIVO OFICIAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO ABC • ANO XXV • EDIÇÃO 1014 • 19MAR2019 •



COM A

REFORMA DA PREVIDÊNCIA
DO BOLSONARO

**# VOCÊ NÃO VAI
SE APOSENTAR!**

22
DE MARÇO

A PARTIR DAS

17h
no MASP

DIA NACIONAL DE LUTA
EM DEFESA
DA PREVIDÊNCIA

Rumo à greve geral!



NESTA EDIÇÃO:
DIA DE LUTA EM DEFESA DA CAIXA • REIVINDICAÇÕES NO BRADESCO • ATRASO NO BB

Leia na página 2:
**QUEM MANDOU
MATAR MARIELLE?**



Mês da mulher

Bancos privados discriminam trabalhadoras com mais de 40 anos

Participação no quadro funcional cai 7,8 pontos percentuais após essa idade, aponta estudo do Dieese

Pesquisa realizada pela subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais (Dieese) para a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) aponta que a participação das mulheres no quadro funcional dos bancos privados cai 7,8 pontos percentuais após os 40 anos de idade. Até os 39 anos elas ocupam 56,4% dos postos de trabalho e, após os 40, o percentual cai para 48,6%. O levantamento foi feito com base nas informações da Relação Anual de Informações Sociais 2017 (Rais). Segundo a socióloga do Dieese Bárbara Vallejos esse fenômeno tem duas causas: tanto pode ser reflexo da dificuldade de se obter promoções e ter acesso a cargos de maior prestígio e remuneração

quanto pode ser causado pela preferência dos bancos por jovens em seu quadro de funcionários. O fato ocorre para mulheres e homens, mas, segundo Bárbara, o fator idade pesa mais sobre as mulheres.

Igualdade de oportunidades

Para a socióloga os dados revelam que não se pode falar em uma mudança de rota efetiva na gestão dos bancos. Muitas mulheres ficam estagnadas em suas carreiras mesmo tendo, na média, melhor formação e resultados do que os homens.

Desde 1990 questões de igualdade de oportunidades são pautadas nas mesas de negociação com os bancos pelo movimento sindical. Entre as conquistas da Mesa de Igualdade de Oportunidades estão

as cláusulas da isonomia de direitos para homoafetivos, extensão da licença-maternidade para 180 dias, da licença paternidade para 20 dias (vinculada à programa ou atividade de orientação sobre a paternidade responsável) e a realização de três censos da diversidade pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) em parceria com a Contraf-CUT. O terceiro censo a ser realizado será elaborado e aplicado no decorrer de 2019 e os resultados serão divulgados em 2020.

Salários – Pesquisa sobre a questão salarial realizada também pelo Dieese mostra que as bancárias recebem apenas 82,8% do valor pago aos homens. Segundo a pesquisa, a diferença salarial persiste ao longo de toda a carreira. A Rais



DIRETORA INEZ GALARDINOVIC

2017 igualmente apresenta essa diferença no setor: em 2017 foi de 22,3%. “Temos uma trajetória de muitas lutas e conquistas em busca da igualdade de oportunidades, mas ainda é preciso avançar muito”, destaca a diretora sindical Inez Galardinovic.

Justiça

Caso Marielle: um ano depois, faltam respostas e punição

Dois policiais foram apontados como executores, e um é vizinho de Bolsonaro

A morte brutal da vereadora Marielle Franco (Psol-RJ) e do motorista Anderson Gomes completou um ano no último dia 14. Mas só na semana passada investigadores da Delegacia de Homicídios (DH) e do Ministério Público do Estado do Rio apresentaram as primeiras respostas sobre quem teria praticado o crime: Ronnie Lessa, um sargento reformado da Polícia Militar, acusado pelo MP de ter feito os 13 disparos contra o carro onde estavam Marielle e Anderson, e Elcio Vieira de Queiroz, policial militar expulso da corporação em 2011, apontado como o motorista do Cobalt prata de onde saíram os tiros.

Detalhe: Lessa foi preso em sua casa na Avenida Lúcio Costa, na Barra da Tijuca, no condomínio de luxo *Vivendas da Barra*, endereço



do presidente da República Jair Bolsonaro quando está na cidade. A investigação do caso começou a expor as entranhas do mundo do crime organizado e suas ligações com políticos. Foi assim que as autoridades chegaram até o chamado *Escritório do Crime*, um poderoso grupo miliciano de Rio das Pedras que

atua sob encomenda.

A pergunta central, caso a investigação esteja no caminho correto, é óbvia: encomenda de quem? A quem interessava a morte de Marielle? Quem são os mandantes, e qual o motivo do crime?

Coincidências, de fato, existem em muitas circunstâncias. Mas nem sempre se sustentam.

Câmara aprova projeto que torna crime o assédio moral

No último dia 12 a Câmara dos Deputados aprovou projeto que torna crime o assédio moral no trabalho. A proposta configura como assédio moral “ofender reiteradamente a dignidade de alguém, causando-lhe dano ou sofrimento físico ou mental, no exercício de emprego, cargo ou função”, e o inclui no Código Penal com pena de detenção de um a dois anos, podendo ser aumentada em um terço se a vítima tiver menos de 18 anos. Durante a votação a definição do crime gerou divergências entre os parlamentares, e aqueles contrários ao texto argumentaram que a definição do assédio moral no trabalho é ampla, o que abre espaço para a interpretação da lei.

Caixa

Em defesa do banco público

Atividades no ABC aconteceram na quinta, 14



SINDICATO DIALOGOU COM BANCÁRIOS E CLIENTES DA CAIXA

São muitos os ataques que o governo Bolsonaro e a nova direção do banco vêm promovendo contra a Caixa e seus empregados.

Por isso, por todo o País foi realizado na semana passada dia de luta em defesa da Caixa pública e de seus empregados.

Na região as atividades aconteceram na quinta, dia 14, e incluíram a distribuição de informativos e conversas com bancários, clientes e usuários do banco.

O atual presidente da instituição, Pedro Guimarães, já anunciou que pretende fatar a empresa e privatizá-la em pedaços. Áreas como

seguros, cartões, assets e loterias, que estão entre as mais lucrativas do banco, estão na mira.

Além disso, na última semana a imprensa noticiou que, a pedido de Guimarães, o banco deve fazer uma provisão de aproximadamente R\$ 7 bilhões para cobrir perdas com calotes no financiamento imobiliário e a desvalorização de imóveis retomados pelo banco.

“O movimento sindical solicitou uma reunião com a direção da Caixa para esclarecer as mudanças que estão sendo feitas. Estamos alertas”, afirma o diretor do Sindicato, Jorge Furlan.

Bradesco

Sindicato cobra melhorias no ambiente de trabalho em reunião

Compromisso é de apuração e providências, algumas imediatas, como no caso das áudio-conferências

Representantes do Sindicato e do Bradesco reuniram-se no último dia 28 no prédio do banco na avenida Paulista, na capital, para tratar de questões relacionadas ao ambiente de trabalho nas unidades do Grande ABC. Os diretores sindicais apresentaram várias demandas denunciadas por bancários, tais como o excesso de áudio-conferências, falta de funcionários, assédio moral e barramento de clientes e usuários na entrada das agências.

A reunião aconteceu dias após essas mesmas denúncias terem resultado em atividades de protesto e numa publicação específica produzida e distribuída pelo Sindicato (leia o jornal no site do Sindicato). Os representantes do banco – Altair Naumann, diretor regional Sudeste SP e Litoral, que engloba a região; Eduara Cavalheiro, gerente de Recursos Humanos, e Priscila Buck Mosca,



gerente de Relações Sindicais – comprometeram-se em acompanhar mais de perto a situação na região e encaminhar providências. No caso específico do excesso de áudio-conferências a resposta é que não serão mais feitas durante o atendimento nem após o horário de expediente, como vinha acontecendo.

“Foi um encontro positivo e creio que esclarecedor para ambos os lados, porque o diretor regional está há poucos meses no cargo e precisa de fato conhecer *in loco* nossa realidade”, aponta o presidente do Sindicato, Belmiro Moreira.

Leia a matéria completa no site.

Banco do Brasil

O presidente e seu pensamento retrógrado

Novaes defende fim de curso sobre ética no banco e diz que crianças pobres são culpadas pela educação ruim

O presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, perdeu boas chances de fechar o bico nos últimos dias, mas, revirando sua trajetória tão autovalorizada, parece que o comportamento não é pontual, e sim recorrente. Novaes criticou o curso de ética exigido pelo BB aos funcionários, como já havia feito seu chefe, o presidente Bolsonaro. Segundo reportagem do DCM o presidente do BB também coloca a culpa da educação deficiente do País nas crianças pobres, em artigo reproduzido pela publicação online, no qual defende ainda um amplo controle da natalidade. Em e-mail encaminhado ao jornal O



Globo Novaes disse que conceitos como diversidade foram capturados pela esquerda radical para fins políticos e ideológicos. Na véspera do Dia Internacional da Mulher, o

presidente Jair Bolsonaro já havia utilizado seu perfil no Facebook para criticar o curso do BB que, na verdade, traz em seu conteúdo temas como a equidade de gênero,

prevenção à violência contra a mulher e assédio sexual no trabalho. Mas, segundo Novaes, após Bolsonaro chamar sua atenção sobre essa política do banco, deu inteira razão a ele, concordando que não deveria existir.

“Discussões éticas são fundamentais em qualquer ambiente, quanto mais no trabalho e quando se trata de abordar o assédio e a violência contra as mulheres. É absurdo vincular direitos a ideologias políticas, é retrocesso total”, aponta o diretor sindical e funcionário do BB, Otoni Lima.

Leia mais sobre esse tema e sobre as afirmações de Novaes defendendo a privatização do BB no nosso site.

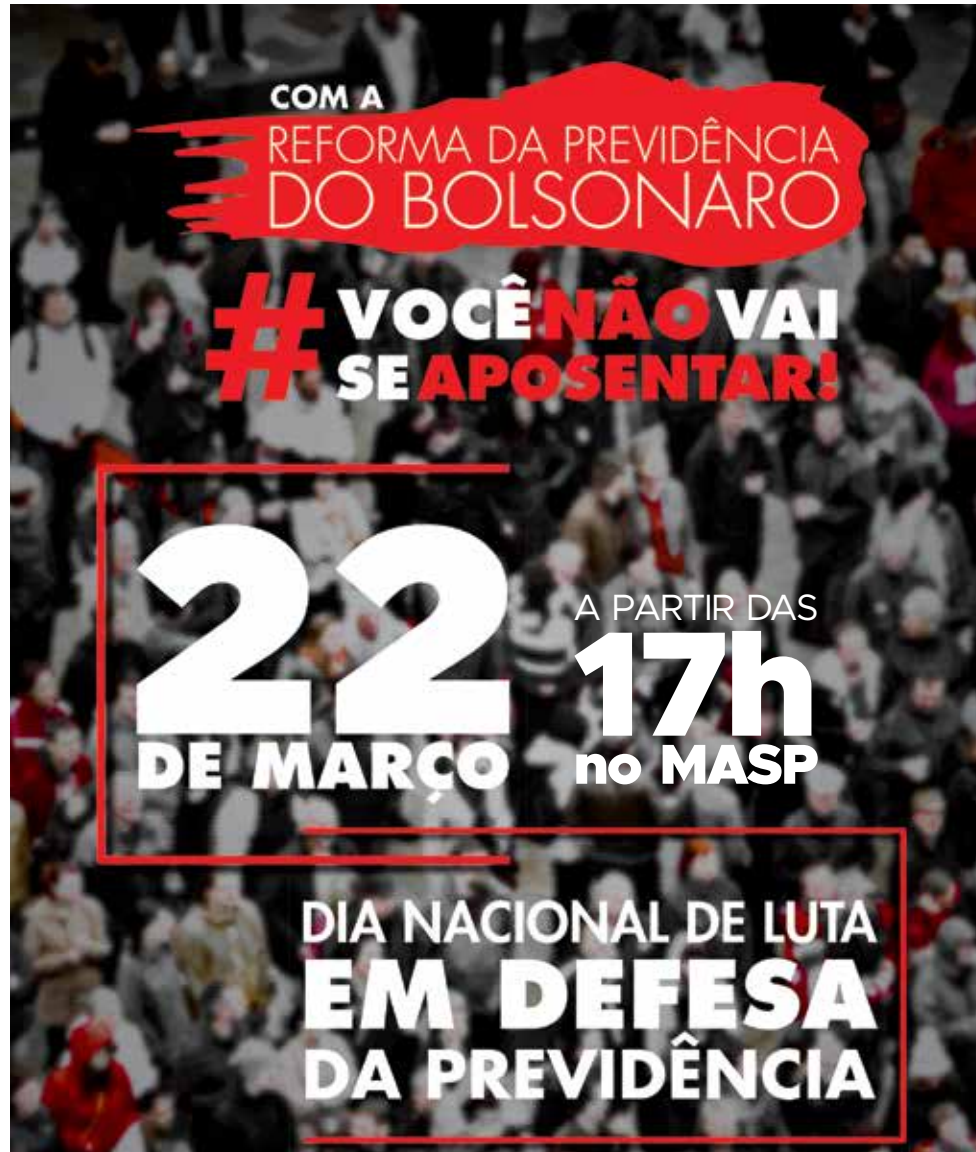
Previdência

Dia 22 tem dia nacional de luta

Atividade é preparatória para greve geral. Reforma só vai ampliar desigualdades e favorecer o mercado

As centrais sindicais (entre elas a CUT) e as frentes Brasil Popular e Povo sem Medo realizam no próximo dia 22 um dia nacional de lutas contra a proposta de reforma da Previdência (PEC 06/2019) apresentada por Jair Bolsonaro. O motivo é óbvio: a reforma penaliza ainda mais os trabalhadores, tanto da cidade quanto do campo, que terão que trabalhar mais, pagar mais e receber muito menos caso consigam se aposentar. O dia de luta é também um preparatório para uma possível greve geral, de data ainda indefinida, mas que pode ocorrer para pressionar os parlamentares a votarem contra o projeto. Em São Paulo, a manifestação será em frente ao Masp, a partir das 17h.

Em 2017 a paralisação de mais de 40 milhões de



trabalhadores pelo País impediu que fossem feitas mudanças nas regras de aposentadoria naquele ano. Caso seja aprovada essa nova versão da reforma, tanto a idade mínima quanto o tempo de contribuição para aposentadoria irão aumentar, desconsiderando a expectativa de vida em diversas regiões do País. Para a CUT existem outras formas de resolver o suposto rombo anunciado pelo governo, como a cobrança dos grandes devedores da dívida pública, o combate à fraude e à sonegação, com aumento da fiscalização. A entidade também defende o fim da DRU, que desvia recursos da Seguridade Social para pagar juros aos bancos, a formalização da carteira assinada e a tributação de grandes fortunas e heranças.

Foto: Lorena Dini / Fotos Públicas

Direito do consumidor

Vítimas de enchentes podem acionar Poder Público

O Dia do Consumidor foi comemorado na semana passada (oficialmente a data foi estabelecida em 15 de março pela ONU), e no Brasil ainda há muito a se reivindicar quando o assunto são os direitos de quem consome, sejam compradores, sejam usuários de serviços. Exemplo recente são os grandes estragos causados pelas enchentes que atingiram São Paulo, em especial o Grande ABC. Além das vítimas fatais, muitos moradores da região perderam móveis, alimentos, roupas

e eletrodomésticos, entre outros bens. De acordo com a advogada e especialista em Direito do Consumidor Maria Inês Dolci, em entrevista à *Rádio Brasil Atual*, todos os cidadãos que tiveram prejuízos por conta da chuva podem ser ressarcidos pelo Poder Público.

“Todas essas pessoas são vítimas, podem e devem ser res-



sarcidas. A responsabilidade do Estado, município é enorme e o consumidor pode solicitar ressarcimentos”, afirmou Maria Inês. Para os casos de eletroeletrônicos que foram danificados, os consumidores devem procurar as distribuidoras locais de energia para pedir a indenização ou reparação do aparelho. No entanto, a especialista alerta que

apesar de não ser necessária a apresentação da nota fiscal do produto, é preciso comprovar o dano, seja por fotos, vídeos, reportagens ou testemunhas. O ressarcimento também pode ser pedido nos casos dos automóveis, mas depende da apólice de cobertura das seguradoras. Maria Inês também ressalta ser direito e dever dos cidadãos procurar o Poder Público. “Vale a pena. Apesar de demorar isso vai chamar à responsabilidade do Estado nesses casos”, avalia.